

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

FELIPE GABRIEL CÂNDIDO DOS SANTOS

**A EVOLUÇÃO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CRESOL MINAS
GERAIS NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS**

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2025**

FELIPE GABRIEL CÂNDIDO DOS SANTOS

**A EVOLUÇÃO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CRESOL MINAS
GERAIS NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade Federal de Viçosa, como parte
das exigências para a obtenção do título de
Bacharel em Cooperativismo.

Orientador: Doutor Almiro Alves Junior

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2025**

FELIPE GABRIEL CÂNDIDO DOS SANTOS

**A EVOLUÇÃO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO CRESOL MINAS
GERAIS NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade Federal de Viçosa, como parte
das exigências para a obtenção do título de
Bacharel em Cooperativismo.

Orientador: Doutor Almiro Alves Junior

Assentimento:

Felipe Gabriel Cândido Dos Santos
Autor

Almiro Alves Junior
Orientador

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo descrever a evolução da Cooperativa de Crédito Cresol Minas Gerais ao longo dos últimos dez anos, com foco em seu crescimento institucional e na consolidação de seus principais indicadores econômicos. Inserida em um contexto de fortalecimento do cooperativismo de crédito solidário no Brasil, a Cresol Minas Gerais destaca-se pela capacidade de integrar princípios de autogestão, participação democrática e sustentabilidade em sua atuação. A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, descritiva e documental, baseada em dados secundários provenientes de relatórios institucionais, balanços financeiros e publicações oficiais. Os resultados demonstram um crescimento expressivo nos ativos, na carteira de crédito, nas sobras líquidas e no número de cooperados entre 2015 e 2024, refletindo o amadurecimento da gestão e o fortalecimento da confiança dos associados. Conclui-se que a trajetória da Cresol Minas Gerais confirma a consolidação de um modelo cooperativo sólido, eficiente e comprometido com os valores do cooperativismo de crédito.

Palavras-chave: Cooperativismo de crédito; Cresol Minas Gerais; Crédito solidário; Indicadores econômicos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, agradeço por iluminar meus caminhos, conceder-me força e sabedoria para superar os desafios e permitir que eu chegasse até esta etapa tão significativa da minha trajetória.

À Nossa Senhora Aparecida, por interceder em todos os momentos de incerteza, trazendo fé, esperança e proteção ao longo desta caminhada.

Aos meus pais, Rildo e Sandra, por toda dedicação, pelos ensinamentos e pelas lições que me foram transmitidas, pela oportunidade que me deram e por todo esforço dedicado para que eu chegasse aqui. Serei sempre grato por tudo o que fizeram por mim.

À minha irmã e aos meus avós, por todo apoio e incentivo, sempre presentes na minha trajetória.

À minha namorada Jessica, pela compreensão, parceria e apoio ao longo da graduação, especialmente nesta etapa final.

Ao professor Almiro Alves Júnior, pela orientação dedicada, pelos ensinamentos, pela paciência e pela confiança depositada em mim durante o desenvolvimento deste trabalho.

Ao José Daniel, pelo apoio prestado em algumas etapas do trabalho.

Aos professores do curso de Cooperativismo e à Universidade Federal de Viçosa, pela partilha de conhecimento, pelas oportunidades de aprendizado e pela contribuição essencial para minha formação acadêmica e profissional.

Aos amigos e colegas que fiz durante os anos de graduação, pelo convívio, pelas trocas de experiências e pela amizade construída ao longo dessa jornada.

A todos, o meu mais sincero obrigado.

Consagre ao Senhor tudo o que você faz, e os seus planos serão bem sucedidos.

Provérbios 16:3

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	OBJETIVO GERAL.....	9
2.1	Objetivos Específicos	9
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
3.1	Histórico do cooperativismo de crédito no Brasil	11
3.2	O Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) e a Estrutura das Cooperativas de Crédito no Brasil.....	13
3.3	Papel das Cooperativas de Crédito no Sistema Financeiro Nacional.....	15
4	METODOLOGIA.....	17
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	20
	REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o cooperativismo de crédito consolidou-se como um dos pilares do sistema financeiro nacional, atuando como alternativa democrática e sustentável ao modelo bancário tradicional. Essa modalidade tem se destacado por combinar eficiência econômica e compromisso social, ampliando o acesso a serviços financeiros em regiões historicamente excluídas do crédito formal. Entre os sistemas de maior relevância no cenário brasileiro, o Sistema Cresol ocupa posição de destaque por sua base solidária, pela inserção no meio rural e pela forte atuação junto à agricultura familiar.

Em Minas Gerais, a trajetória da Cresol está profundamente vinculada às experiências autogestionárias de comunidades rurais da Zona da Mata, que, a partir dos anos 2000, buscaram alternativas de crédito adaptadas às suas realidades locais. O movimento, originado em cooperativas como a Creditag Fervedouro e as Ecosol de Araponga e Tombos, culminou na criação da Cresol Minas Gerais, em 2012, simbolizando a consolidação de um projeto cooperativo voltado ao desenvolvimento regional e à inclusão financeira. Desde então, a instituição tem experimentado expressiva expansão territorial e diversificação de produtos, transformando-se em referência de gestão democrática, eficiência financeira e compromisso social no estado.

O presente estudo tem como objetivo analisar a evolução da Cresol Minas Gerais em seus indicadores econômicos e institucionais ao longo da última década. Com base em dados de 2015 a 2024, busca-se compreender os fatores que impulsionaram seu crescimento e o papel desempenhado pela cooperativa na consolidação de um modelo de finanças solidárias orientado pelos princípios de autogestão, participação e sustentabilidade. A pesquisa adota uma metodologia descritiva e documental, fundamentada em dados secundários e relatórios institucionais, permitindo identificar as principais tendências de expansão e fortalecimento da cooperativa nesse período.

Estudar esse processo é relevante não apenas para compreender o desempenho da Cresol Minas Gerais, mas também para lançar luz sobre o papel do cooperativismo de crédito no desenvolvimento econômico sustentável e na inclusão financeira. Além disso, os resultados da pesquisa podem oferecer subsídios valiosos para gestores de cooperativas, pesquisadores da área econômica e formuladores de políticas públicas, ao apontar estratégias bem-sucedidas de expansão, gestão financeira e impacto social.

Este trabalho propõe-se, assim, a descrever a evolução da Cresol Minas Gerais na última década, por meio do levantamento e análise de seus principais indicadores econômicos. Ao

investigar essa trajetória, busca-se não apenas compreender o desempenho institucional da cooperativa, mas também evidenciar sua relevância no fortalecimento do cooperativismo de crédito solidário e na promoção de um modelo de desenvolvimento mais justo, sustentável e participativo em Minas Gerais.

2 OBJETIVO GERAL

O objetivo principal deste trabalho é descrever a trajetória de crescimento e transformação da Cresol Minas Gerais ao longo da última década (2015-2024).

2.1 Objetivos Específicos

- Apresentar as principais características da Cresol Minas Gerais desde sua origem;
- Descrever os indicadores econômicos da cooperativa nos últimos dez anos;
- Apresentar a evolução institucional e econômica da Cresol Minas Gerais no período de 2015 a 2024.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A busca por uma remuneração justa e por melhores condições de vida sempre marcou a trajetória da classe trabalhadora, especialmente em períodos de intensas transformações econômicas e sociais. Nesse cenário de desigualdade, em 1844, um grupo de 28 tecelões da cidade de Rochdale, na Inglaterra, uniram-se para criar alternativas mais equitativas, fundando a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Para Singer e Souza (2000), o cooperativismo moderno nasce justamente como resposta à exclusão social provocada pela Revolução Industrial. Nessa mesma linha, Crúzio (2007) destaca que a iniciativa dos pioneiros constituiu uma reação concreta às condições precárias de trabalho da época, evidenciando que a cooperação poderia servir como instrumento de emancipação econômica e social.

A criação de um armazém comunitário, destinado à compra e venda de produtos de primeira necessidade a preços acessíveis, representou não apenas uma resposta imediata às dificuldades da época, mas também o início de uma nova forma de organização econômica. Conforme destaca Singer (2002), os pioneiros de Rochdale foram os primeiros a sistematizar os princípios do cooperativismo moderno, baseados na ajuda mútua, na autogestão, na responsabilidade coletiva e na igualdade entre os membros. Assim, ao estabelecer valores de solidariedade, participação e equidade, eles lançaram as bases que continuam a nortear o movimento cooperativista em todo o mundo.

De acordo com Marra (2009), a experiência dos Pioneiros de Rochdale consolidou-se como referência mundial por propor uma nova lógica econômica fundamentada na solidariedade, na ajuda mútua e na autogestão, princípios que inspiraram a formação de cooperativas em diversos países. A autora ressalta que esse modelo surgiu como uma alternativa concreta às desigualdades e injustiças provocadas pelo sistema capitalista, oferecendo aos trabalhadores a possibilidade de organização coletiva para alcançar dignidade, segurança e valorização do trabalho. Dessa forma, o cooperativismo configurou-se como uma resposta prática e inovadora aos desafios socioeconômicos de sua época.

A evolução do cooperativismo ao longo do tempo permitiu a diversificação de suas áreas de atuação, resultando no fortalecimento de diferentes ramos. Entre eles, destacam-se as cooperativas de crédito, instituições financeiras diferenciadas cuja atuação se fundamenta nos princípios cooperativistas, priorizando o atendimento às necessidades dos associados em vez da maximização do lucro, conforme Farias e Gil (2013), que destacam o cooperativismo como uma doutrina social e econômica voltada à solidariedade, à gestão democrática e à valorização do trabalho humano em detrimento do capital.

Conforme Ribeiro e Menezes (2024), essas organizações se constituem como instrumentos eficazes de democratização financeira, capazes de reduzir desigualdades socioeconômicas por meio da ampliação do acesso ao crédito e do estímulo ao desenvolvimento regional. Tal característica se torna particularmente relevante em países como o Brasil, onde uma parcela significativa da população permaneceu, durante décadas, excluída dos serviços bancários formais.

Ao oferecer crédito em condições mais acessíveis e adaptadas à realidade dos associados, as cooperativas não apenas suprem as carências deixadas pelo mercado tradicional, mas também fortalecem processos de inclusão produtiva, promovendo maior circulação de recursos nas economias locais (Jacques; Gonçalves, 2016).

O modelo cooperativista se fundamenta num método democrático, onde cada membro tem direito a um voto, garantindo igualdade de participação nas decisões sem distinção em função do capital contribuído, promovendo assim o senso de pertencimento e incentivando o engajamento dos membros na vida da cooperativa. Conforme Junqueira (2005), esse arranjo vai além do aspecto financeiro: cria capital social, fomenta redes de solidariedade e reforça laços comunitários

A literatura reforça que a diferença essencial das cooperativas está em sua natureza jurídica e social. Pinheiro (2008) lembra que as cooperativas de crédito são instituições

financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objeto a prestação de serviços financeiros aos associados. De modo ainda mais enfático, Freitas e Freitas (2013, p. 48) afirma

Apesar de serem instituições financeiras, as cooperativas de crédito não são denominadas bancos e se caracterizam como sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, sem fins lucrativos, constituídas com o objetivo de propiciar crédito e prestar serviços aos seus associados. Seus proprietários também são seus clientes; logo, sua eficiência tende a estar mais relacionada à supressão das necessidades de seus associados, do que, necessariamente, à acumulação de resultados.

Nesse contexto, destaca-se o cooperativismo de crédito solidário, que está alinhado à economia solidária e ao desenvolvimento rural, propondo a organização das atividades econômicas de forma autogestionária e coletiva. Nessa perspectiva, as cooperativas de crédito solidário priorizam a cooperação, o comércio justo e o consumo consciente, atuando junto a públicos que historicamente permaneceram à margem do sistema financeiro tradicional, como agricultores familiares e trabalhadores urbanos assalariados.

Conforme aponta Alves Júnior (2018), a vivência do cooperativismo de crédito solidário no Brasil ilustra como essas instituições conseguem integrar a eficiência econômica a uma finalidade social mais ampla, promovendo o desenvolvimento sustentável em áreas que mais necessitam. Para o autor, a lógica da cooperação é muito mais do que o simples fornecimento de crédito, trata-se de um projeto de organização social que se expressa por meio da educação cooperativista, da formação de redes de apoio mútuo e da valorização do trabalho em coletividade.

Freitas e Freitas (2013) reforçam essa visão, ao apontar que o cooperativismo, ao incluir comunidades em circuitos financeiros que historicamente lhes eram inacessíveis, fortalece processos de desenvolvimento endógeno, nos quais a própria comunidade se torna protagonista de sua trajetória econômica. Por isso, é possível afirmar que o cooperativismo de crédito estabelece uma lógica de financeirização comunitária pautada em solidariedade e reciprocidade, mostrando que sua função social é tão importante quanto a econômica.

3.1 Histórico do cooperativismo de crédito no Brasil

O cooperativismo de crédito no Brasil tem mais de um século de história. A primeira experiência foi criada em 1902, em Nova Petrópolis (RS), pelo padre suíço Theodor Amstad. Inspirado no modelo Raiffeisen, o sacerdote fundou uma cooperativa voltada à agricultura familiar e à vida comunitária em uma região onde o crédito bancário era inacessível (Portal do

Cooperativismo Financeiro, 2024). Durante grande parte do século XX, o cooperativismo de crédito cresceu de forma lenta e localizada, restrito a comunidades de imigrantes alemães e italianos. Foi apenas nas décadas de 1960 e 1970 que surgiram iniciativas mais estruturadas, embora ainda marcadas por forte regulação e limitações institucionais. Marconi e Lakatos (2009) destacam que, nesse período, tais experiências eram vistas mais como alternativas comunitárias do que como parte integrante do sistema financeiro nacional.

Bialoskorski Neto (2007) afirma que a década de 1990 representou um verdadeiro divisor de águas para o cooperativismo de crédito brasileiro. A criação de um marco regulatório pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil permitiu que as cooperativas passassem a operar em um ambiente de maior segurança jurídica e estabilidade institucional. Esse processo foi fundamental para legitimar o setor, estimular sua profissionalização e possibilitar sua inserção gradual no Sistema Financeiro Nacional.

Nos anos 2000, o segmento ganhou protagonismo na agenda de inclusão financeira, tornando-se um dos pilares da democratização do crédito no país. De acordo com o Banco Central (2022), o crescimento das cooperativas foi superior ao dos bancos comerciais em indicadores como ativos totais, carteira de crédito e número de associados. Esse desempenho consolidou o setor como ator estratégico no desenvolvimento econômico e social brasileiro, especialmente em regiões nas quais a presença bancária era limitada.

Em síntese, o cooperativismo de crédito consolidou-se no Brasil como um modelo híbrido, que combina eficiência econômica com compromisso social. Ao mesmo tempo em que assegura o acesso a serviços financeiros de qualidade, promove processos de inclusão social, fomenta o capital social e fortalece a democracia econômica. A literatura contemporânea, como destacam Alves Júnior (2018; 2023) e Schneider (2010), reforça que essas instituições não devem ser vistas apenas como alternativas financeiras, mas como agentes de transformação institucional e comunitária, desempenhando papel estratégico na construção de modelos de desenvolvimento mais justos e sustentáveis.

As cooperativas financeiras se configuram como organizações de proximidade, que aliam o acesso ao crédito à promoção do desenvolvimento socioeconômico das comunidades onde atuam, contribuindo para a inclusão de públicos historicamente excluídos do sistema financeiro tradicional” (Silva; Búrigo; Cazella, 2021, p. 235-236)

Reis e Neves (2020) destacam que o cooperativismo de crédito possui como principal finalidade promover a inclusão social e econômica das pessoas, permitindo o fortalecimento de sua condição enquanto consumidores, empreendedores e cidadãos. Para os autores, as cooperativas de crédito conciliam eficiência financeira e compromisso social, equilibrando

sustentabilidade econômica e impacto comunitário, o que as diferencia das instituições financeiras tradicionais.

Essas instituições podem ser consideradas eficientes quando permitem que seus associados tenham acesso ao mercado bancário de forma mais vantajosa do que teriam utilizando os serviços oferecidos pelos concorrentes (Reis; Neves, 2020, p. 2).

Nesse sentido, o estudo de Reis e Neves (2020) evidencia que as cooperativas de crédito alcançam desempenho financeiro superior ao dos maiores bancos do país, sem abrir mão de sua função social. Essa eficiência socioeconômica se reflete na oferta de serviços e taxas mais acessíveis, o que contribui para a democratização do crédito, a inclusão produtiva e o fortalecimento das economias locais.

Nessa mesma direção, Coloniese, Lourenci e Rodrigues (2010) observam que as cooperativas de crédito, ao se organizarem em redes articuladas e sustentadas por princípios de autogestão, ampliam a capacidade de coordenação entre unidades locais, promovendo maior eficiência operacional e fortalecendo a governança democrática nas decisões financeiras. Já Cunha (2021) aponta que o cooperativismo de crédito emerge como alternativa à ausência de bancos em áreas rurais, promovendo a autogestão financeira e o desenvolvimento local. Nessa linha, Rocha e Santos (2023) evidenciam que essas cooperativas fortalecem o protagonismo coletivo ao integrar práticas solidárias e sustentáveis nas dinâmicas socioeconômicas.

3.2 O Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) e a Estrutura das Cooperativas de Crédito no Brasil

O Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) é o conjunto de instituições, normas e diretrizes que organizam, regulam e orientam a atuação das cooperativas de crédito no Brasil. Vinculado ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), o SNCC tem como objetivo garantir o funcionamento sólido, transparente e sustentável dessas instituições, contribuindo para a promoção da inclusão financeira, especialmente em regiões onde a presença de instituições bancárias tradicionais é limitada (Banco Central do Brasil, 2023).

A estrutura do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) está organizada em três níveis hierárquicos, que permitem a integração entre as cooperativas e garantem o funcionamento articulado do sistema. Esse modelo contribui para a padronização de processos, o fortalecimento institucional e a ampliação da eficiência operacional no contexto do Sistema Financeiro Nacional.

O primeiro nível é composto pelas cooperativas singulares, que constituem a base do sistema. Essas instituições financeiras cooperativas mantêm relacionamento direto com os associados, oferecendo uma variedade de produtos e serviços bancários, como contas correntes, operações de crédito, aplicações financeiras, seguros e consórcios. São responsáveis por atender às demandas locais, promovendo o acesso ao crédito e incentivando o desenvolvimento econômico das comunidades onde estão inseridas.

O segundo nível é formado pelas cooperativas centrais, organizadas por um conjunto de cooperativas singulares. Sua principal função é prestar suporte técnico e operacional às filiadas, além de promover a padronização de processos, a supervisão das atividades das cooperativas de base e o fortalecimento da atuação conjunta em nível regional.

Por fim, o terceiro nível compreende as confederações, que reúnem cooperativas centrais oriundas de diferentes regiões do país. As confederações atuam na representação do sistema cooperativo em âmbito nacional, sendo responsáveis pela formulação de estratégias integradas, desenvolvimento de soluções em tecnologia da informação, serviços de auditoria, gestão de riscos e capacitação dos quadros técnicos (Banco Central do Brasil, 2023). Diversos sistemas de cooperativas de crédito atuam de maneira estruturada no Brasil, respeitando essa hierarquia de níveis (Quadro 1).

Quadro 1 – Sistemas de cooperativas de crédito no Brasil

Sistema	Descrição
Sicoob (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil)	Sistema nacional composto por cooperativas singulares, centrais, confederação e o Bancoob. Atua em áreas urbanas e rurais, oferecendo ampla gama de produtos e serviços financeiros. Destaca-se pela expansão da rede e pelo expressivo número de cooperados e unidades filiadas
Sicredi (Sistema de Crédito Cooperativo)	Presente em todas as regiões do país, é formado por cooperativas singulares, centrais e confederação. Atua com foco em governança participativa e desenvolvimento local, com forte capilaridade nas regiões Sul e Centro-Oeste.
Cresol	Estruturado em cooperativas singulares, centrais e confederação, o Sistema Cresol tem forte inserção no meio rural. Voltado ao atendimento de agricultores familiares e pequenos empreendedores, baseia-se nos princípios da autogestão, da solidariedade e da promoção da inclusão financeira.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Banco Central do Brasil (Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, 2019).

Conforme destaca o Banco Central do Brasil (2023), os sistemas cooperativos de crédito no país apresentam estrutura semelhante, composta por cooperativas singulares, centrais e

confederações, que asseguram integração e padronização operacional. Observa-se, contudo, que cada sistema adota estratégias próprias de atuação.

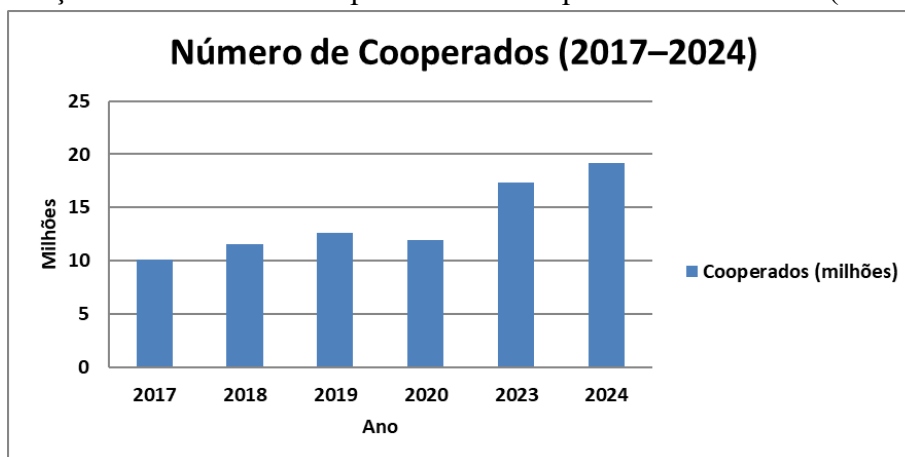
O Sicoob e o Sicredi consolidaram presença nacional e ampla oferta de produtos financeiros, estruturando-se em modelos verticalizados e de grande escala. Em contrapartida, o Sistema Cresol se destaca pela inserção territorial, pela atuação junto à agricultura familiar e pela ênfase em práticas solidárias voltadas ao desenvolvimento local (Freitas; Freitas, 2014). Já a Unicred preserva sua origem setorial, voltada inicialmente a profissionais da saúde, mas com expansão gradual para outros públicos. Assim, o quadro evidencia a diversidade do cooperativismo de crédito brasileiro, que combina diferentes modelos institucionais orientados pelos princípios de solidariedade, participação e autogestão.

3.3 Papel das Cooperativas de Crédito no Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é o conjunto de instituições e normas responsáveis por viabilizar a intermediação financeira no país, articulando mecanismos de poupança, crédito, investimentos e pagamentos. Sua estrutura é composta por órgãos normativos, entidades supervisoras e instituições financeiras, entre as quais se inserem as cooperativas de crédito, reguladas pelo Banco Central do Brasil. A presença dessas instituições no SFN tem crescido significativamente nos últimos anos, especialmente por sua capacidade de atender demandas locais de forma mais próxima, flexível e participativa, contribuindo para a descentralização dos serviços financeiros no território nacional.

Dados do Banco Central (2025) apontam que, até dezembro de 2024, as cooperativas de crédito reuniam 19,2 milhões de cooperados, sendo 16,2 milhões de pessoas físicas e 3 milhões de pessoas jurídicas. Essa participação crescente evidencia a importância do setor dentro da lógica do SFN, sobretudo em um país marcado por desigualdades no acesso ao crédito e pela concentração bancária em grandes centros urbanos. Com uma rede de 10.220 unidades de atendimento, distribuídas em 3.229 municípios, as cooperativas estão presentes em 58% das cidades brasileiras, sendo a única instituição financeira em 469 delas. Esse dado revela não apenas sua inserção territorial estratégica, mas também seu papel como instrumento de inclusão econômica em regiões onde a atuação bancária convencional é limitada.

Figura 1 – Evolução do Número de Cooperados nas Cooperativas de Crédito (2017–2024)

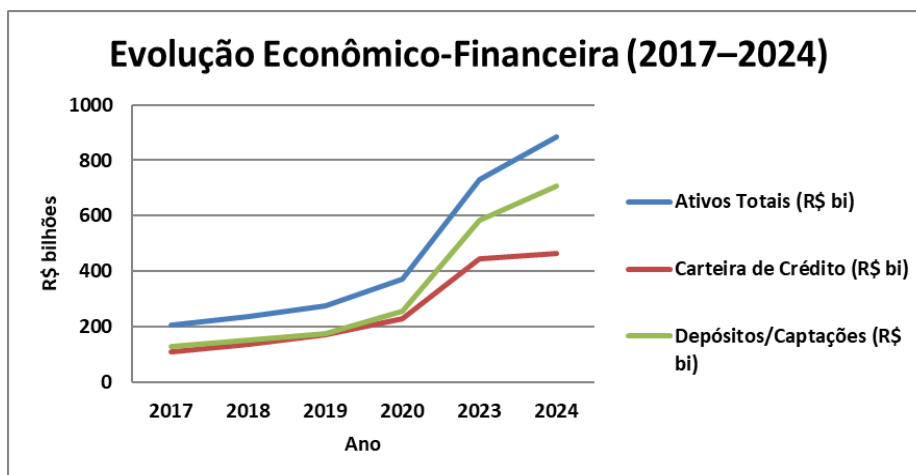


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil (2025), Panorama do SNCC (2017–2024).

A Figura 1 evidencia o crescimento contínuo da base social das cooperativas de crédito, que passaram de pouco mais de 10 milhões de cooperados em 2017 para 19,2 milhões em 2024, confirmando a relevância do modelo cooperativo como alternativa inclusiva no Sistema Financeiro Nacional (SFN). Esse aumento expressivo do número de associados reflete não apenas a confiança dos usuários nas instituições cooperativas, mas também a ampliação territorial e a diversificação dos serviços oferecidos, que têm atraído diferentes perfis de públicos.

Além de movimentar recursos expressivos, o setor tem concentrado sua atuação em públicos tradicionalmente pouco atendidos pelo mercado financeiro, como micro e pequenas empresas, que representam 97% das empresas cooperadas, conforme dados do SNCC. Isso contribui para dinamizar economias locais e ampliar oportunidades de investimento e consumo.

Figura 2 - Evolução dos Indicadores Econômico-Financeiros das Cooperativas de Crédito (2017–2024)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil (2025), Panorama do SNCC (2017–2024).

Os dados da Figura 2 demonstram o crescimento expressivo e sustentado dos principais indicadores econômico-financeiros do setor, confirmando a solidez das cooperativas dentro do SFN. Nota-se, sobretudo, uma aceleração após 2020, evidenciando a ampliação da participação das cooperativas no mercado de crédito nacional. Em 2024, os ativos totais das cooperativas de crédito somaram R\$ 885,3 bilhões, a carteira de crédito alcançou R\$ 464,5 bilhões e as captações chegaram a R\$ 707,9 bilhões (Banco Central do Brasil, 2025). Esses resultados estão diretamente associados à expansão da base de cooperados, que impulsiona o volume de operações e fortalece o ciclo de crescimento do setor.

A atuação das cooperativas dentro do SFN distingue-se pela lógica da reciprocidade e do vínculo comunitário. As sobras geradas nas operações são distribuídas entre os cooperados ou reinvestidas nas próprias comunidades, fortalecendo o ciclo de desenvolvimento local e a sustentabilidade das atividades. Em 2023, o setor apurou R\$ 15 bilhões em sobras, reflexo de um modelo em que os resultados retornam aos próprios usuários do sistema, reafirmando o papel socioeconômico das cooperativas de crédito.

Como observam Matos, Greatti e Zampieri (2022), o fortalecimento do cooperativismo de crédito revela que o desenvolvimento regional está diretamente relacionado à existência de estruturas financeiras que compreendam e atendam às necessidades específicas das populações envolvidas. Dessa forma, o crescimento das cooperativas de crédito dentro do SFN deve ser compreendido não apenas pelo seu volume de ativos ou expansão física, mas pela capacidade de articular eficiência financeira com compromisso social. Sua trajetória recente demonstra como essas instituições contribuem para uma configuração mais plural, democrática e acessível do sistema financeiro brasileiro.

4 METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo de natureza aplicada, de caráter descritivo e exploratório, com abordagem quantitativa, fundamentado em pesquisa documental e bibliográfica. Conforme Gil (2019), a pesquisa descritiva tem por objetivo observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem a interferência direta do pesquisador, enquanto a pesquisa exploratória permite aprofundar a compreensão do objeto de estudo, tornando-o mais explícito. A abordagem quantitativa, por sua vez, justifica-se pela necessidade de mensurar, comparar e interpretar dados estatísticos ao longo de um período definido, possibilitando a identificação de padrões de evolução e tendências.

O delineamento adotado foi o documental, uma vez que a análise se baseou em fontes secundárias já sistematizadas. Conforme Lakatos e Marconi (2009), a pesquisa documental caracteriza-se pela utilização de materiais que, embora previamente organizados, ainda não receberam tratamento analítico aprofundado, possibilitando novas interpretações à luz de diferentes objetivos. Nesse sentido, o estudo concentrou-se nos relatórios de gestão, balanços patrimoniais e demonstrações contábeis disponibilizados pela Cresol Minas Gerais entre 2015 e 2024, complementados por dados oficiais do Banco Central do Brasil, estatísticas do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), informações da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e publicações institucionais da própria Cresol.

Para ampliar a robustez da base empírica, foram igualmente consultadas as bases de dados do Bureau Coop, que reúne informações padronizadas do cooperativismo de crédito brasileiro, e o livro Cresol Minas Gerais: Tecendo um Sonho, utilizado como fonte complementar para a contextualização histórica e institucional da cooperativa. Além dessas fontes, a pesquisa incorporou artigos científicos, teses e dissertações relacionadas ao cooperativismo de crédito e à economia solidária, permitindo uma abordagem analítica mais ampla e comparativa.

Todos os valores financeiros foram deflacionados com base no Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), de modo a eliminar os efeitos inflacionários e possibilitar a comparação real entre os diferentes períodos analisados. Essa etapa foi essencial para garantir maior fidedignidade às análises temporais, permitindo observar a evolução dos indicadores em termos de poder de compra constante e não apenas em valores nominais.

O recorte temporal compreende o período de 2015 a 2024, totalizando dez anos de evolução institucional. Essa delimitação foi definida por dois fatores: a sistematização e disponibilidade dos dados financeiros da Cresol Minas Gerais a partir de 2015 e a relevância do período para a consolidação do cooperativismo de crédito solidário e rural no estado, marcada pela expansão territorial e pelo fortalecimento institucional da cooperativa.

Os dados foram coletados e organizados em planilhas eletrônicas, de modo a estruturar séries temporais para os principais indicadores econômicos da cooperativa: ativos totais, carteira de crédito, sobras líquidas, número de cooperados e número de agências. Após a sistematização, as informações foram representadas em gráficos, que possibilitaram a visualização clara da trajetória da Cresol Minas Gerais ao longo do período. Esse procedimento seguiu a orientação metodológica de Yin (2016), para quem o estudo de documentos e séries temporais é particularmente útil em pesquisas de caso institucionalizadas.

Para orientar essa leitura, foram definidas três categorias analíticas: (i) Origem e Consolidação da Cresol Minas Gerais, (ii) Indicadores Econômicos, e (iii) Expansão Territorial e Base Social (número de agências e cooperados). A escolha metodológica por uma abordagem descritiva, quantitativa e documental revelou-se a mais adequada aos objetivos do estudo, uma vez que possibilitou compreender, a partir de dados objetivos, a trajetória de crescimento da Cresol Minas Gerais e sua inserção no cooperativismo de crédito solidário em Minas Gerais.

Com o intuito de sistematizar os principais elementos analisados e facilitar a compreensão dos resultados, apresenta-se no Quadro 2 as dimensões que orientaram a análise. Além dos indicadores tradicionais como ativos totais, patrimônio líquido, carteira de crédito e sobras líquidas, foram incorporadas relações complementares, a exemplo de Patrimônio Líquido por Cooperado, Ativo por Cooperado e Carteira por Agência, que permitem avaliar com maior precisão a eficiência operacional e a evolução proporcional dos resultados frente ao crescimento da base social e territorial da cooperativa.

Quadro 2 - Elementos de análise dos resultados da Cresol Minas Gerais (2015–2024)

Elemento	Descrição/Significado	Exemplos no contexto da Cresol Minas Gerais
Indicadores econômicos	Mensuram o desempenho financeiro e a capacidade de geração e retenção de resultados, refletindo a solidez patrimonial e a sustentabilidade da cooperativa.	Ativos totais, operações de crédito, patrimônio líquido, sobras do exercício.
Indicadores operacionais	Avaliam a eficiência e o alcance das atividades, evidenciando o volume de serviços prestados e o nível de utilização pelos associados.	Número de cooperados, colaboradores, volume de operações e relação Ativo/Cooperado.
Expansão territorial	Indicam a ampliação da presença física e institucional da cooperativa, medida pela abertura de novas unidades de atendimento	Número de agências e relação Carteira/Agência.
Base social	Representa o crescimento e a consolidação do quadro de cooperados, sinalizando o fortalecimento da participação e do vínculo associativo	Evolução do número total de cooperados e Ativo por cooperado.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Essas categorias permitem uma leitura integrada da trajetória da Cresol Minas Gerais, articulando dimensões históricas, econômicas e territoriais. Essa abordagem favorece a compreensão não apenas do crescimento econômico da cooperativa, mas também do fortalecimento institucional e da ampliação de sua base social, evidenciando o papel da Cresol Minas Gerais na promoção do cooperativismo de crédito rural, solidário e do desenvolvimento regional.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise adotou uma perspectiva descritiva e interpretativa, voltada à identificação de tendências, variações e padrões de crescimento em cada indicador. A observação dos resultados possibilitou destacar momentos de aceleração e de maior estabilidade, relacionando esses movimentos a fatores internos como decisões de gestão, profissionalização da governança e expansão territorial e a fatores externos, como o contexto macroeconômico nacional e as políticas públicas voltadas ao crédito cooperativo.

Dessa forma, a análise dos resultados tem como propósito apresentar a evolução da Cresol Minas Gerais no período de 2015 a 2024, evidenciando seus principais indicadores econômicos, institucionais e operacionais. Essa etapa busca interpretar os dados à luz do referencial teórico e dos objetivos estabelecidos, a fim de compreender o desempenho da cooperativa e os fatores que influenciaram sua trajetória ao longo do período analisado.

Origem e consolidação da CRESOL MINAS GERAIS

O Sistema Cresol foi fundado oficialmente em 1995, no município de Dois Vizinhos (PR), resultado da articulação entre agricultores familiares e entidades populares, com base nas experiências dos Fundos Rotativos de Crédito iniciadas em 1989 no Sudoeste do Paraná. Segundo Coloniese, Lourenci e Rodrigues (2010), essas iniciativas foram o embrião de uma nova proposta que unia crédito, organização comunitária e controle social. A região de Francisco Beltrão (PR), atual sede nacional da Cresol, foi palco das discussões e formações que antecederam a criação do sistema. Em 10 de janeiro de 1996, foi inaugurada a primeira cooperativa Cresol, com 27 agricultores, e ainda naquele ano outras quatro unidades foram abertas em diferentes municípios do estado.

De acordo com Coloniese, Lourenci e Rodrigues (2010), o surgimento do Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária deu origem à construção de um novo modelo de cooperativismo, distinto daquele de caráter empresarial. Em vez de

estruturas centralizadas e grandes unidades, optou-se por uma rede descentralizada, formada por pequenas cooperativas articuladas entre si e com a comunidade local, o que possibilitou maior democratização do crédito rural e fortalecimento do controle social sobre os recursos.

Nesse mesmo sentido, Alves Júnior (2018; 2023) destaca que o cooperativismo de crédito solidário expressa um processo de inovação social nascido da necessidade concreta de acesso a serviços financeiros por parte da agricultura familiar. Para o autor, a Cresol consolidou-se a partir de um modelo horizontalizado de interação solidária, sustentado em uma base social coesa, participação democrática e educação cooperativista como instrumento de autonomia. Essa estrutura organizacional, construída de baixo para cima, demonstrou que a necessidade pode se transformar em oportunidade, fazendo da inclusão financeira um caminho de desenvolvimento local e fortalecimento da agricultura familiar.

Dessa forma, a Cresol consolidou-se como uma experiência singular de cooperativismo solidário, sustentada nos princípios de autonomia, participação democrática e compromisso comunitário. Desde sua origem, o Sistema Cresol reconheceu na educação um de seus pilares estruturantes, compreendendo-a como instrumento essencial para o fortalecimento da gestão e da consciência cooperativa. Os próprios agricultores foram estimulados a ocupar funções de direção e controle das cooperativas, o que contribuiu para a construção de um modelo de autogestão qualificada e enraizada na realidade local. Schneider (2010) observa que o cooperativismo, ao promover espaços de formação e aprendizado coletivo, torna-se um instrumento de emancipação social e política, ampliando a capacidade dos associados de gerir seus próprios empreendimentos.

Conforme ressalta Silva (2015), a proposta da Cresol sempre buscou valorizar o protagonismo da agricultura familiar, não apenas na produção de alimentos, mas também na construção e compartilhamento de saberes. Essa concepção evidencia a dimensão educativa e emancipatória do cooperativismo solidário, que vai além da intermediação financeira e se consolida como um espaço de formação cidadã. Ao integrar conhecimento, prática comunitária e gestão participativa, o sistema reforça a autonomia e o senso coletivo dos agricultores.

Segundo Alves Júnior (2018, p. 67), uma das principais características do cooperativismo de crédito de interação solidária consiste em sua estrutura horizontalizada, apoiada em uma base social forte, coesa e de atuação local, o que o diferencia dos sistemas verticalizados e hierarquizados tradicionais. Nessa perspectiva, a interação solidária e a educação cooperativa desempenharam papel decisivo na consolidação do Sistema Cresol, ao possibilitar a inclusão financeira de milhares de famílias agricultoras e ao fortalecer o protagonismo da agricultura familiar dentro do sistema financeiro nacional (SILVA, 2015).

Desse modo, a Cresol se firmou como uma experiência inovadora de organização econômica e social, que alia práticas de autogestão, formação cidadã e desenvolvimento territorial sustentável.

Ao longo de sua trajetória, o Sistema Cresol consolidou-se também no campo político e institucional. A criação da Central Cresol Baser, em 31 de março de 2000, e da Confederação Cresol, em 2008, representou um marco no processo de expansão e integração nacional da rede. Em 2004, ao tornar-se a primeira cooperativa central do Brasil credenciada como agente financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Cresol demonstrou sua capacidade técnica e institucional, assumindo papel estratégico no financiamento do desenvolvimento rural. No campo jurídico, a promulgação da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, inseriu formalmente as cooperativas de crédito no Sistema Financeiro Nacional (BRASIL, 2009). Apesar dos avanços, permanecem desafios relacionados à regulação, à carga tributária e à ausência de políticas públicas específicas voltadas ao fortalecimento do cooperativismo de crédito solidário.

Nesse contexto, Ziger (2010) lembra que a sustentabilidade da agricultura familiar depende de instituições que estejam inseridas localmente e que ofereçam serviços adequados às realidades sociais e econômicas, apontando a necessidade de um contínuo alinhamento entre a atuação financeira e as demandas sociais do campo. Assim, a experiência da Cresol evidencia não apenas conquistas institucionais, mas também os desafios permanentes de consolidar um modelo inclusivo e adaptado às realidades territoriais.

Por fim, vale destacar que o Sistema Cresol se consolidou como uma ferramenta estratégica para a permanência das famílias no campo, oferecendo não apenas crédito, mas também formação, apoio técnico e acesso à cidadania financeira. Como sintetiza Coloniese et al. (2010, p. 13), “o crédito por si só não basta, é preciso que venha acompanhado de confiança, proximidade e compromisso com o desenvolvimento local”.

A Cresol Minas Gerais representa uma das experiências mais expressivas do cooperativismo de crédito solidário no estado. Sua formação está relacionada ao surgimento das cooperativas Ecosol Araponga, Ecosol Tombos e Creditag Fervedouro, criadas entre 2003 e 2007 com o apoio de sindicatos, igrejas e associações comunitárias. Segundo Cunha (2021), essas organizações nasceram da carência de instituições financeiras nas zonas rurais e periféricas, o que impulsionou as comunidades locais a desenvolverem formas próprias de acesso ao crédito, baseadas na autogestão e na solidariedade.

Durante os primeiros anos de funcionamento, essas cooperativas atuaram de maneira independente e descentralizada, enfrentando limitações técnicas, operacionais e estruturais,

além da ausência de mecanismos comuns de gestão. Contudo, a partir de 2009, iniciou-se um processo de aproximação com o Sistema Cresol, inicialmente voltado à cooperação técnica e ao intercâmbio de práticas administrativas. Conforme Alves Júnior (2018) descreve, foi firmado um convênio entre as instituições, por meio do qual a Cresol cedeu um analista técnico responsável por apoiar a reorganização gerencial e a capacitação das equipes mineiras, ampliando a oferta de serviços financeiros (Freitas; Freitas, 2013).

As razões que motivaram essa integração variaram conforme o contexto de cada cooperativa. A Creditag, por não estar associada a uma central de serviços, encontrava-se em situação vulnerável e passou a sofrer pressões de órgãos reguladores, como o Banco Central do Brasil (BACEN), e de entidades da agricultura familiar, que recomendavam sua vinculação a um sistema mais estruturado (Freitas, 2011). Já a Ecosol, embora possuísse vínculo formal com uma central, apresentava instabilidade organizacional e dificuldades em firmar parcerias com agentes financeiros. Conforme argumenta Alves Júnior (2018), o avanço da Creditag em sua reorganização, aliado ao projeto de expansão nacional do Sistema Cresol, criou um cenário favorável à integração das cooperativas mineiras, o que possibilitou a consolidação de um novo arranjo institucional para o cooperativismo solidário em Minas Gerais.

A incorporação formal ocorreu entre 2012 e 2013, quando a Creditag e, posteriormente, as cooperativas Ecosol, aderiram oficialmente ao Sistema Cresol. Essa adesão marcou uma reconfiguração do campo organizacional das cooperativas de crédito solidário no estado, estabelecendo novos padrões de governança, gestão e relacionamento entre as entidades filiadas. A integração provocou a uniformização de procedimentos administrativos e consolidou uma rede cooperativa articulada, com base em valores de solidariedade, autonomia e compromisso comunitário (Alves Júnior, 2018).

A partir desse processo de unificação, as três cooperativas originárias constituíram formalmente a Cresol Minas Gerais, com sede em Muriaé, iniciando uma etapa de expansão territorial e modernização institucional. Segundo Cunha, Freitas e Alves Júnior (2021), o crescimento da cooperativa resultou de planejamento estratégico consistente, capacitação de equipes e fortalecimento do vínculo com os cooperados, fatores que garantiram legitimidade e sustentabilidade à sua atuação.

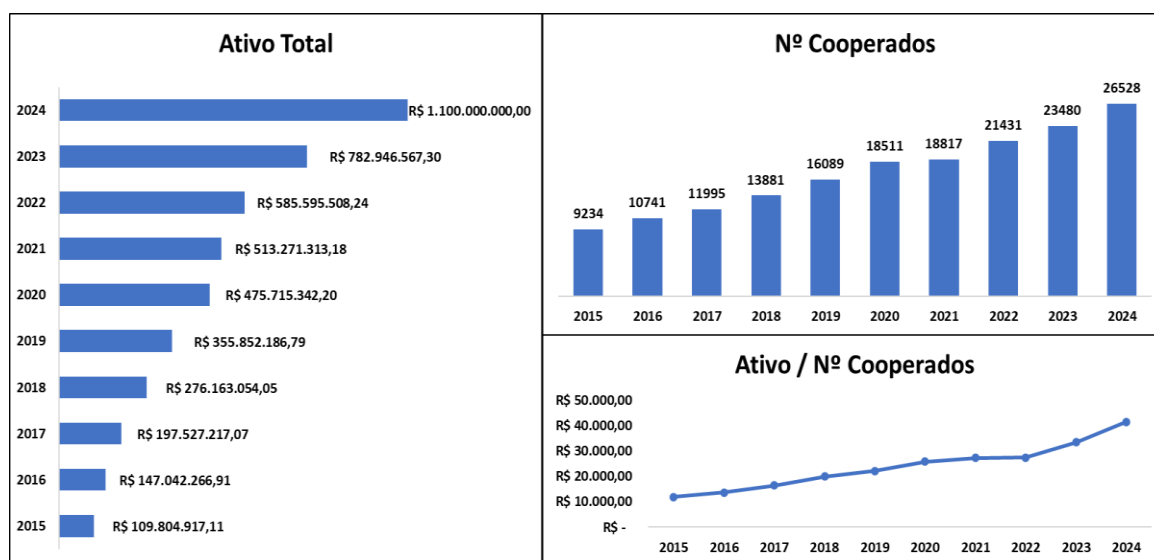
Em 2020, a Cresol Minas Gerais já evidenciava um expressivo processo de consolidação territorial, atuando em diferentes municípios e atendendo públicos tanto rurais quanto urbanos. Esse movimento de expansão se intensificou nos anos seguintes, com a inauguração de novas unidades em Guiricema e Manhumirim (2019), Caratinga (2021), Alto Caparaó (2023), Luisburgo, Durandé, Sericita e Cajuri (2024) e, mais recentemente, São Sebastião da Vargem

Alegre, Orizânia e Laginha (2025). No campo econômico, esse período foi acompanhado por um aumento significativo nos principais indicadores financeiros da cooperativa, como o patrimônio líquido, os ativos totais e a carteira de crédito, evidenciando o fortalecimento institucional e a ampliação da capacidade de intermediação financeira. Para Cunha (2021), a presença das agências ultrapassa a função financeira tradicional, assumindo o papel de espaço de fortalecimento da identidade cooperativista e de construção de vínculos comunitários duradouros.

Mesmo diante do crescimento acelerado, a cooperativa manteve-se fiel aos princípios do cooperativismo solidário, priorizando a formação humana e a participação democrática. Essa identidade se expressa em ações de educação financeira, assembleias participativas e diálogo constante com os associados. Conforme registros institucionais, a Cresol Minas Gerais (2021) reforça seu compromisso com a valorização das origens e com a construção de um modelo de agricultura sustentável e inclusivo, voltado ao desenvolvimento local. Nessa mesma linha, Alves Júnior et al. (2021) interpreta a experiência mineira como uma síntese entre espiritualidade, trabalho rural e finanças solidárias, simbolicamente representada pela expressão “fé, enxada e dinheiro”, que traduz o enraizamento social e comunitário da cooperativa.

Dessa forma, a trajetória da Cresol Minas Gerais reflete um processo contínuo de consolidação institucional, marcado pela busca de equilíbrio entre eficiência econômica e compromisso social. O aprimoramento de práticas de gestão e de governança ocorre em consonância com princípios de solidariedade, participação democrática e enraizamento territorial, caracterizando uma dinâmica de fortalecimento do cooperativismo de crédito no contexto regional.

Figura 3 - Evolução do Ativo Total e do Número de Cooperados da Cresol Minas Gerais (2015–2024)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da Cresol Minas Gerais (2015–2024), Banco Central do Brasil, SNCC, Bureau Coop e Cresol Minas Gerais: Tecendo um Sonho Coletivo.

A Figura 3 demonstra que os ativos totais da Cresol Minas Gerais apresentaram crescimento expressivo e contínuo ao longo do período de 2015 a 2024. Em 2015, o volume contabilizado era de R\$109,8 milhões, e em 2024 o montante alcançou R\$ 1,1 bilhão, o que representa um aumento de grande magnitude em menos de uma década. Nos primeiros anos da série (2015–2018), a expansão ocorreu de forma mais gradual, com os valores variando entre R\$109,8 milhões e R\$276,1 milhões, refletindo uma etapa inicial de consolidação institucional e fortalecimento operacional. A partir de 2019, contudo, observa-se uma inflexão acentuada na trajetória de crescimento, marcada pelo salto de R\$355,8 milhões em 2019 para R\$475,7 milhões em 2020.

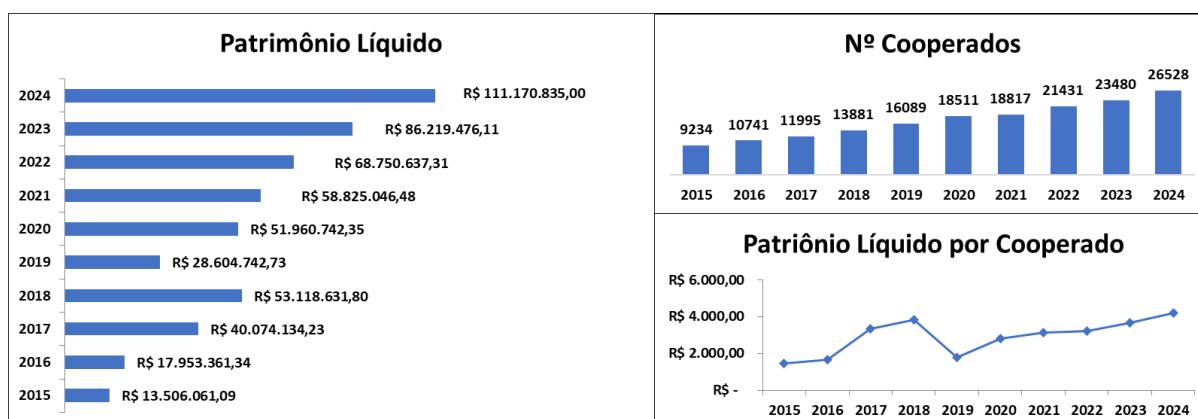
Esse movimento de expansão sustentada manteve-se nos anos seguintes, com a cooperativa registrando R\$513,2 milhões em 2021, R\$585,6 milhões em 2022 e R\$782,9 milhões em 2023. Em 2024, evidencia-se o ponto mais expressivo da série, quando os ativos ultrapassam pela primeira vez a marca de R\$1 bilhão. Esse desempenho reflete não apenas o fortalecimento institucional da Cresol Minas Gerais, mas também o aumento da confiança de seus cooperados e o amadurecimento de sua atuação no território. Fatores como a ampliação da base social, a diversificação dos serviços financeiros e o alinhamento às diretrizes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) contribuíram para ampliar sua capacidade de intermediação financeira e consolidar seu papel estratégico no desenvolvimento regional.

Paralelamente, o gráfico evidencia um crescimento expressivo e contínuo do número de cooperados, que passou de pouco mais de 9 mil em 2015 para aproximadamente 26,5 mil em 2024. Esse aumento reflete a ampliação da base social e o fortalecimento institucional da cooperativa enquanto organização de intermediação financeira de caráter associativo. A evolução observada denota não apenas a expansão quantitativa do quadro social, mas também o aprofundamento das relações de confiança e reciprocidade entre a cooperativa e seus associados. Tal movimento sugere um processo de consolidação territorial e social, no qual produtores e pequenos empreendedores passam a integrar um modelo de organização econômica sustentado pela participação coletiva e pela gestão democrática.

Ao relacionar o volume de ativos ao total de cooperados, verifica-se uma elevação significativa na média de ativos por associado, que passou de cerca de R\$6 mil em 2015 para mais de R\$41 mil em 2024. Esse avanço evidencia uma evolução contínua na capacidade de geração e retenção de recursos dentro da cooperativa. Entre 2020 e 2021, período marcado pelos efeitos da pandemia da Covid-19, esse indicador apresentou crescimento mais acentuado, possivelmente influenciado pela maior procura por serviços financeiros locais, pela revalorização das economias de proximidade e pela ampliação das linhas de crédito emergenciais voltadas ao setor produtivo regional. Esse comportamento reflete o fortalecimento do vínculo entre os cooperados e a instituição, bem como a adoção de práticas de gestão mais eficientes, em consonância com o que Reis e Neves (2020) destacam sobre a capacidade das cooperativas de conciliar estabilidade financeira e compromisso social em contextos adversos.

Isso também é visto por Rocha e Santos (2023), que descrevem como uma característica central do cooperativismo brasileiro na última década. Embora o número de cooperativas tenha crescido de forma modesta entre 2010 e 2018, o total de cooperados passou de 9 milhões para 14,6 milhões um aumento superior a 60%. Tal cenário demonstra que a vitalidade do setor não está na multiplicação de instituições, mas na capacidade de atrair, fidelizar e engajar novos membros.

Figura 4 - Evolução do Patrimônio Líquido e Indicador de Patrimônio por Cooperado (2015–2024)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da Cresol Minas Gerais (2015–2024), Banco Central do Brasil, SNCC, Bureau Coop e Cresol Minas Gerais: Tecendo um Sonho Coletivo.

A evolução do patrimônio líquido da Cresol Minas Gerais entre 2015 e 2024 revela um crescimento contínuo e expressivo, passando de R\$13,5 milhões para R\$111,1 milhões, o que representa uma variação acumulada de grande magnitude no período. Nos primeiros anos da série, observa-se um avanço gradual, com o patrimônio aumentando de R\$13,5 milhões em 2015 para R\$40 milhões em 2017, demonstrando a consolidação progressiva da estrutura financeira da cooperativa e o fortalecimento de sua base de capital (Figura 4).

Já, entre 2018 e 2020, observa-se uma retração no patrimônio líquido da Cresol Minas Gerais, que passou de R\$53,1 milhões em 2018 para R\$28,6 milhões em 2019 e R\$51,9 milhões em 2020, permanecendo, portanto, abaixo do patamar anterior à queda. Esse movimento pode estar associado a um período de reorganização administrativa e ajustes nas operações financeiras. Além disso, um contexto econômico nacional de volatilidade nas taxas de juros e revisão das políticas de crédito, fatores que impactaram a rentabilidade e a estrutura de capital das cooperativas de crédito.

Mesmo diante desse cenário, o desempenho posterior demonstra capacidade de recuperação e fortalecimento institucional, evidenciada pela retomada do crescimento a partir de 2021. Conforme destacam Rocha e Santos (2023), a consolidação patrimonial das cooperativas de crédito decorre da gestão baseada na confiança mútua e na participação dos associados, elementos que se refletem na trajetória ascendente da Cresol Minas Gerais após 2020.

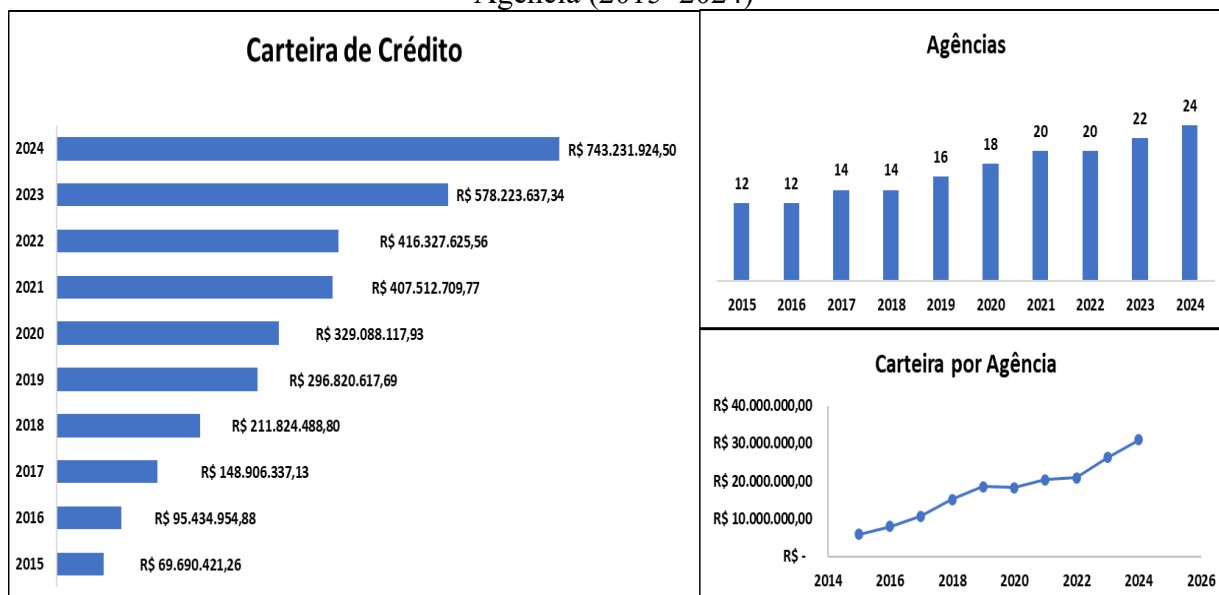
A associação entre o patrimônio líquido e o número de cooperados também se mostra relevante. O indicador de patrimônio líquido por cooperado evidencia variações compatíveis com as diferentes fases de crescimento da cooperativa. Em 2015, o valor médio era de

aproximadamente R\$1.460 por cooperado, alcançando cerca de R\$3.340 em 2017, quando o patrimônio atingiu R\$40 milhões e a base social somava pouco mais de 11 mil associados. Entre 2018 e 2020, observa-se uma leve retração, com o indicador caindo de R\$3.830 para R\$2.800, em razão da ampliação mais acelerada da base de cooperados, que passou de 13.881 para 18.511 no período, sem que o ritmo de capitalização acompanhasse proporcionalmente.

A partir de 2021, a tendência volta a ser de expansão, com o patrimônio líquido por cooperado subindo para cerca de R\$3.100 em 2021, R\$3.700 em 2023 e atingindo R\$4.200 em 2024, quando o patrimônio totalizou R\$111,1 milhões e o número de associados chegou a 26.528. Esse comportamento revela que, mesmo diante do expressivo crescimento da base social, a cooperativa manteve a elevação do patrimônio médio por associado, demonstrando equilíbrio entre expansão territorial e solidez financeira.

Nos anos mais recentes, o avanço tornou-se ainda mais acentuado: o patrimônio líquido atingiu R\$58,8 milhões em 2021, R\$86,2 milhões em 2023 e R\$111,1 milhões em 2024, confirmando a robustez econômica e o amadurecimento da gestão financeira. Esse comportamento dialoga com Cunha (2021), que relaciona o aumento patrimonial à expansão territorial e à diversificação dos serviços oferecidos, fatores diretamente observados no caso da Cresol. Assim, o período analisado evidencia uma trajetória de estabilidade, crescimento e fortalecimento institucional, consolidando a cooperativa em um novo patamar de solidez dentro do sistema Cresol.

Figura 5 - Evolução da Carteira de Crédito, Número de Agências e Relação Carteira por Agência (2015–2024)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da Cresol Minas Gerais (2015–2024), Banco Central do Brasil, SNCC, Bureau Coop e Cresol Minas Gerais: Tecendo um Sonho Coletivo.

Na Figura 5 é possível observar que entre 2015 e 2024, a carteira de crédito da Cresol Minas Gerais apresentou crescimento contínuo e expressivo, passando de R\$69,6 milhões para R\$743,2 milhões. Esse avanço, superior a 970% em nove anos, evidencia a consolidação das operações de intermediação financeira e o fortalecimento da estrutura econômica da cooperativa. Segundo Bressan et al. (2023), a expansão do volume de crédito em cooperativas sinaliza não apenas maior capacidade financeira, mas também o amadurecimento institucional e o fortalecimento da confiança entre cooperados e gestão. A intensificação do crescimento entre 2019 e 2021, quando o montante passou de R\$ 296,8 milhões para R\$ 407,5 milhões, coincide com a abertura de novas unidades Guiricema e Manhumirim (2019) e Caratinga (2021) e com a ampliação de linhas de crédito voltadas a pequenos produtores e empreendedores rurais. De acordo com Matos (2022), a presença das cooperativas em municípios de médio e pequeno porte supre lacunas deixadas pelo sistema bancário tradicional, ao oferecer crédito orientado às necessidades locais e de menor escala.

No mesmo período, a rede de atendimento da Cresol Minas Gerais dobrou o número de agências, passando de 12 para 24 unidades. Essa expansão territorial demonstra uma estratégia de descentralização e fortalecimento regional, marcada por novas inaugurações em Alto Caparaó (2023) e, mais recentemente, em Luisburgo, Durandé, Sericita e Cajuri (2024). Tais municípios pertencem a microrregiões da Zona da Mata e do Campo das Vertentes, historicamente menos atendidas pelo sistema financeiro formal. Como destacam Santos e Costa

(2021), a interiorização das cooperativas contribui para democratizar o acesso ao crédito e reforçar o vínculo comunitário, um dos princípios centrais do cooperativismo de crédito.

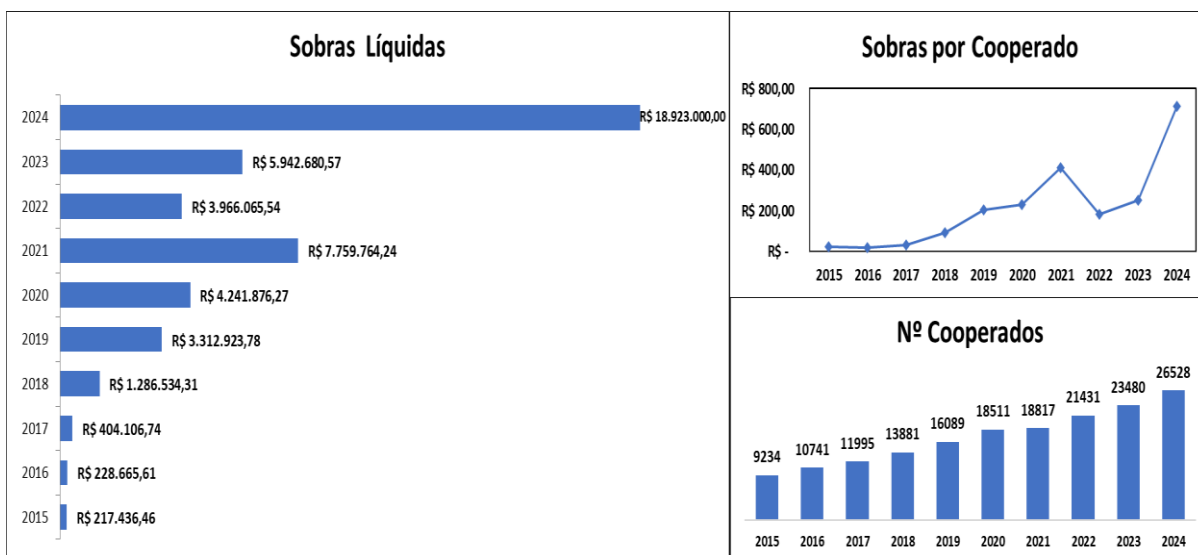
Ao relacionar a carteira de crédito com o número de agências, observa-se que o valor médio por unidade passou de R\$5,8 milhões em 2015 para R\$30,9 milhões em 2024, conforme demonstrado na Figura 5. Esse indicador reflete ganhos de escala e eficiência operacional, evidenciando que a expansão física foi acompanhada de maior capacidade de gestão dos recursos. De acordo com Zeni e Fumagalli (2018), a consolidação econômica das cooperativas tende a ocorrer quando a expansão territorial é acompanhada de políticas de capacitação, fortalecimento da governança e adequação das estruturas administrativas.

A análise dos dados confirma um percurso de crescimento institucional sustentado, fundamentado em solidez financeira e ampliação da base de atendimento. Essa trajetória está em consonância com as tendências do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), que, segundo o Banco Central do Brasil (2024) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2024), apresenta expansão contínua do crédito concedido e aumento da participação das cooperativas no mercado financeiro nacional. Nesse contexto, o desempenho da Cresol Minas Gerais evidencia a consolidação de práticas de gestão cooperativa voltadas ao fortalecimento institucional e à ampliação de sua base operacional, refletindo o equilíbrio entre crescimento econômico e manutenção de sua estrutura associativa.

Apesar de inicialmente estruturada de forma horizontal e composta por três cooperativas singulares, a Cresol Minas Gerais passou por um processo de reconfiguração organizacional que resultou na redução desse número. Essa mudança, contudo, não representou retração institucional. Com base nos indicadores econômicos e sociais, verifica-se que o cooperativismo de crédito ampliou sua capacidade de atuação e consolidação territorial, priorizando a integração administrativa e o fortalecimento de sua base de associados. Essa trajetória evidencia que a expansão do setor não se traduz apenas em crescimento quantitativo, mas na construção de mecanismos mais sólidos de cooperação, gestão e sustentabilidade no contexto regional (Alves Júnior, 2018).

Por fim, a elevação constante do volume médio de operações por agência indica maior eficiência na utilização da estrutura operacional. Conforme Borges e Parré (2022), a expansão do crédito rural está entre os fatores que impulsionam o PIB agropecuário e o dinamismo das economias locais. Assim, o desempenho da Cresol Minas Gerais reflete a vinculação entre a intermediação financeira e o fortalecimento das atividades produtivas regionais.

Figura 6 - Evolução das Sobras Líquidas e Indicador de Sobras por Cooperado (2015–2024)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da Cresol Minas Gerais (2015–2024), Banco Central do Brasil, SNCC, Bureau Coop e Cresol Minas Gerais: Tecendo um Sonho Coletivo.

A análise das sobras líquidas da Cresol Minas Gerais revela uma trajetória de expressivo crescimento ao longo da última década. Entre 2015 e 2024, o resultado anual passou de R\$217,4 mil para R\$18,9 milhões, refletindo uma expansão de grande magnitude no período (Figura 6). Essa evolução evidencia não apenas a eficiência operacional da cooperativa, mas também a consolidação de sua base de negócios, com reflexos diretos sobre o retorno econômico aos cooperados. Observa-se que, a partir de 2018, o ritmo de crescimento se intensifica, com saltos significativos em 2020 e 2021, quando as sobras atingiram R\$7,7 milhões, antes de apresentar leve retração nos exercícios de 2022 e 2023.

Essa redução temporária pode estar associada a fatores conjunturais, como a elevação dos custos administrativos e operacionais, o aumento das despesas com pessoal e tecnologia, além dos reflexos residuais da pandemia de Covid-19 sobre o desempenho econômico regional. Segundo Bressan et al. (2023), períodos de instabilidade econômica e de elevação das despesas internas tendem a impactar a rentabilidade das cooperativas de crédito, exigindo maior eficiência na gestão e no controle dos gastos. Ainda assim, o resultado de 2024 evidencia uma recuperação vigorosa, culminando no maior valor de sobras de toda a série analisada.

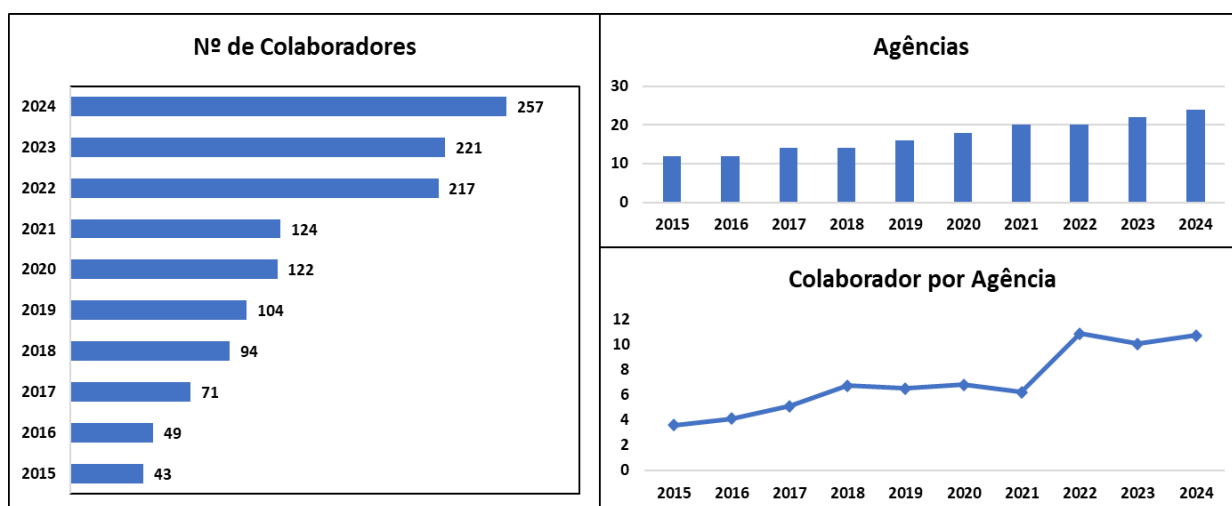
O indicador de Sobras por Cooperado, obtido pela razão entre o total das sobras líquidas e o número de associados em cada exercício, reforça a evolução da rentabilidade cooperativa. O índice passou de R\$23,54 por cooperado em 2015 para R\$713,09 em 2024, revelando que, além do aumento absoluto das sobras, houve também melhoria na eficiência distributiva. Mesmo com a ampliação contínua da base social, que saltou de 9.234 cooperados em 2015 para

26.528 em 2024, a cooperativa conseguiu elevar o retorno médio individual, demonstrando capacidade de geração de resultados sustentáveis e compatíveis com o crescimento da estrutura.

Sob a ótica teórica, esse comportamento reflete o princípio da Repartição das Sobras, previsto pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI, 2021), que estabelece que os excedentes devem ser distribuídos de forma proporcional à movimentação econômica dos associados. Tal prática diferencia as cooperativas das instituições financeiras convencionais, nas quais o lucro se concentra na figura do acionista. Segundo Schneider (2010), a redistribuição dos resultados positivos em benefício dos próprios membros consolida a fidelização e o senso de pertencimento, transformando o desempenho econômico em capital social cooperativo.

Dessa forma, a elevação simultânea das sobras totais e do indicador de sobras por cooperado evidencia um equilíbrio entre crescimento e resultado econômico. A ampliação da base social e o aumento das operações ocorreram de forma proporcional ao avanço das sobras, indicando consistência na gestão dos recursos e na estrutura operacional. O desempenho de 2024 demonstra um processo de consolidação financeira, em que o crescimento do número de associados não comprometeu a geração de excedentes, reforçando a relevância desses indicadores para compreender a dinâmica econômica das cooperativas de crédito ao longo do tempo.

Figura 7- Evolução do Número de Colaboradores, Agências e Relação Colaborador por Agência (2015–2024)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da Cresol Minas Gerais (2015–2024), Banco Central do Brasil, SNCC, Bureau Coop e Cresol Minas Gerais: Tecendo um Sonho Coletivo.

A Figura 7 apresenta a evolução do número de colaboradores, do total de agências e da relação colaborador por agência entre 2015 e 2024. O número de colaboradores cresceu de 43 para 257 no período, acompanhando a ampliação das operações e do volume de negócios. Esse comportamento está alinhado ao que Alves Júnior (2018) destaca sobre cooperativas em fase de expansão, a necessidade de fortalecer e profissionalizar a estrutura interna para sustentar o crescimento operacional.

O total de agências também aumentou ao longo da série, refletindo a ampliação da presença institucional e o fortalecimento da atuação regional da Cresol Minas Gerais. A relação colaborador por agência passou de aproximadamente 3 para mais de 11 trabalhadores por unidade, indicando equipes mais estruturadas, maior capacidade de atendimento e adequação ao aumento das demandas administrativas e operacionais.

Em síntese, a evolução conjunta desses indicadores demonstra que o crescimento da Cresol Minas Gerais foi acompanhado de investimentos consistentes em pessoal e estrutura organizacional, garantindo maior capacidade de atendimento e sustentação para a expansão institucional.

6 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu compreender a evolução da Cresol Minas Gerais no período de 2015 a 2024 como um processo de consolidação institucional e fortalecimento econômico. Os dados revelam um crescimento consistente em seus principais indicadores, evidenciando o amadurecimento de uma estrutura que combina práticas de gestão profissional com princípios cooperativos. A trajetória observada expressa a transição de uma fase de consolidação organizacional para um estágio de maior estabilidade e integração no contexto regional. O aumento dos ativos, da carteira de crédito e do patrimônio líquido indica que a cooperativa aprimorou sua capacidade de operação financeira e sua base de capital próprio.

Esse movimento foi acompanhado pela expansão do crédito rural e solidário, que historicamente constitui o núcleo da atuação da Cresol Minas Gerais e reflete sua origem voltada ao atendimento de comunidades com acesso restrito a instituições financeiras convencionais. A diversificação de serviços e o aprimoramento da gestão permitiram ampliar o alcance das operações e fortalecer a confiança interna, contribuindo para a manutenção de resultados positivos mesmo em períodos de instabilidade econômica, como o ocorrido durante a pandemia de COVID-19.

A ampliação do número de cooperados e de agências demonstra uma expansão territorial planejada, que reforça o enraizamento local e o caráter participativo do modelo cooperativo. O crescimento da base associativa reflete a credibilidade construída ao longo dos anos e o reconhecimento da importância do crédito como instrumento de organização econômica e social. Essa evolução também evidencia a complexidade crescente da gestão, exigindo maior capacidade administrativa e equilíbrio entre eficiência operacional e os princípios de solidariedade e autogestão.

Nesse mesmo sentido, a evolução do número de colaboradores, do total de agências e da relação colaboradores por agência confirma que o crescimento econômico da Cresol Minas Gerais foi acompanhado por um fortalecimento estrutural interno. O aumento das equipes e da capacidade operacional demonstra que a expansão financeira exigiu e recebeu investimentos institucionais consistentes, garantindo sustentação administrativa para o processo de expansão territorial e para a ampliação da base de cooperados.

No campo econômico, o aumento das sobras líquidas ao longo do período analisado mostra um padrão de sustentabilidade e eficiência financeira. Mais do que o resultado contábil, este indicador traduz a estabilidade obtida por meio da gestão equilibrada de receitas e despesas, além de demonstrar a capacidade de geração de excedentes a partir da própria atividade

cooperativa. A consistência desses resultados contribui para a consolidação de uma estrutura autônoma e financeiramente viável, essencial à continuidade do projeto cooperativo.

De maneira geral, o período de 2015 a 2024 revela um processo de amadurecimento que se expressa tanto em números quanto em aspectos organizacionais. A Cresol Minas Gerais consolidou práticas de governança, ampliou sua capacidade de intermediação financeira e fortaleceu sua presença em territórios rurais e de pequeno porte. Esse conjunto de transformações demonstra que o cooperativismo de crédito, em sua vertente solidária e rural, pode se firmar como um mecanismo estável de desenvolvimento econômico local, ao mesmo tempo em que mantém sua identidade associativa e sua função social.

REFERÊNCIAS

- ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). Identidade, valores e princípios cooperativos. Bruxelas: ACI, 2021. Disponível em: <https://www.ica.coop/pt/cooperativas/identidade-cooperativa>. Acesso em: 28 maio 2025.
- ALVES JÚNIOR, Almiro. **A institucionalização do cooperativismo de crédito solidário em Minas Gerais**. 2018. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) — Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.
- ALVES JÚNIOR, Almiro. **O papel da educação cooperativista na criação e consolidação da Cresol em Minas Gerais**. 2023. Tese (Doutorado em Extensão Rural) — Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2023.
- ALVES JUNIOR, Almiro; FREITAS, Alair; FREITAS, Alan; SILVA, Márcio; MOREIRA, Isabela. Fé, enxada e dinheiro: a sociogênese do cooperativismo de crédito rural solidário em Minas Gerais – Brasil. **Research, Society and Development**, v. 10, e6110313037, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13037>.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Encontre uma instituição regulada/supervisionada pelo BC. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/meubc/encontreinstituicao>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Modelo de negócios de cooperativas de crédito**. Brasília: BCB, 2020. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE083_Modelo_de_negocios_de_cooperativas_de_credito.pdf. Acesso em: 28 maio 2025.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cooperativas de crédito crescem e já atingem mais da metade dos municípios brasileiros**. Brasília: BCB, 2023. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/cooperativas-de-credito-crescem-e-ja-atingem-mais-da-metade-dos-municipios-brasileiros>. Acesso em: 28 maio 2025.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária**. Brasília: BCB, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2025.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo – 2024**. Brasília: BCB, 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2025.
- BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, p. 119-138, 2007.
- BORGES, Murilo José; PARRÉ, José Luiz. O impacto do crédito rural no produto agropecuário brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, p. e230521, 2022.

BRASIL. Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Diário Oficial da União, Seção 1 - Edição Extra**, Brasília, 17 abr. 2009. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2009/leicomplementar-130-17-abril-2009-587711-publicacaooriginal-111484-pl.html>. Acesso em: 28 maio 2025.

BRESSAN, V. G. F. et al. Cooperativas de crédito e competitividade no mercado financeiro brasileiro. **Revista Gestão & Contabilidade da UFSM**, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/68474>. Acesso em: 28 maio 2025.

BUREAU COOP. **Portal Bureau Coop – Dados econômico-financeiros do cooperativismo de crédito brasileiro**. Disponível em: <https://bureau.coop.br/>. Acesso em: 25 de agosto 2025.

COLONIESE, Carla; LOURENCI, Analice; RODRIGUES, Luiza Maria da Silva. Sistema Cresol, uma família que cresce com você. In: VOLLES, Adriana et al. Sistema Nacional de Crédito Rural: uma trajetória de privilégios, crises e oportunidades. **Ensaio sobre o cooperativismo solidário**, 2010.

CRESOL. **Cresol: 15 anos de cooperativismo solidário**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015. Disponível em: https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2015/03/livro-cresol-15_anos.pdf. Acesso em: 26 maio 2025.

CRESOL MINAS GERAIS. **Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e relatório do auditor independente Cresol Minas 2023**. Disponível em:

https://cresol.com.br/wp-content/uploads/2022/03/DemonstraesFinanceiras_2019_SegundoSemestre_CresolMinasGerais.pdf. Acesso em: 25 de outubro de 2025

CRESOL MINAS GERAIS. **Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e relatório do auditor independente Cresol Minas 2023**. Disponível em:

<https://cresol.com.br/wp-content/uploads/2022/03/1049-DFS-31.12.2020-INTEGRACAO.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2025

CRESOL MINAS GERAIS. **Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e relatório do auditor independente Cresol Minas 2023**. Disponível em:

<https://cresol.com.br/wp-content/uploads/2022/03/1095-Cresol-Minas-Gerais.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2025

CRESOL MINAS GERAIS. **Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor independente Cresol Minas 2023**. Disponível em:

<https://cresol.com.br/wp-content/uploads/2023/03/1095-Cresol-Minas-Gerais-Demonstracao-Financeira-31-12-2022.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2025

CRESOL MINAS GERAIS. **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras Cresol Minas 2023**. Disponível em: https://cresol.com.br/wp-content/uploads/2024/04/1095_Minas_Gerais_Demonstracao_Financeira-31.12.2023.pdf

Acesso em: 25 de outubro de 2025

CRESOL MINAS GERAIS. **Demonstrações Financeiras – Cresol Minas 2024**. Disponível em: <https://cresol.com.br/wp-content/uploads/2025/03/1095-Minas.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2025

CRÚZIO, Helder. **Cooperativismo e cooperativas: uma alternativa de organização popular**. São Paulo: Atlas, 2007. Acesso em: 20 de setembro de 2025.

CRÚZIO, Helmut. **Cooperativismo e economia social**. Florianópolis: UFSC, 2007.

CUNHA, A. M. O cooperativismo de crédito e o desenvolvimento territorial: dinâmicas de autogestão e inclusão financeira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 4, p. 1–20, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr>. Acesso em: 28 out. 2025.

CUNHA, Wellington Alvim da; FREITAS, Alair Ferreira de; ALVES JÚNIOR, Almiro; MOREIRA, Isabela Renó; FREITAS, A. F. (orgs.). **Cresol Minas Gerais: tecendo um sonho coletivo**. Viçosa: Cresol Instituto, 2021. ISBN 978-65-89283-42-3. Acesso em: 10 de julho de 2025.

FARIAS, Cleuza Maria; GIL, Marcelo Freitas. **Cooperativismo**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, Rede e-Tec Brasil, 2013. ISBN: 978-85-63573-32-2

FIPE. **Pesquisa FIPE: impactos do cooperativismo de crédito no Brasil**. 2024. Disponível em: https://cooperativismodecredito.coop.br/2024/11/impactos-do-cooperativismo-de-credito-no-brasil/#utm_source. Acesso em: 25 maio 2025.

FREITAS, Alair Ferreira de. **A construção social do cooperativismo de crédito rural solidário na Zona da Mata Mineira**. 2011. 168 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) — Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/a-construcao-social-do-cooperativismo-50.pdf>. Acesso em: 28 maio 2025.

FREITAS, Alair Ferreira de; FREITAS, Alan Ferreira de. Os alicerces sociopolíticos do cooperativismo de crédito rural solidário na Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, p. 433-453, 2013.

FREITAS, Alair Ferreira de; FREITAS, Alan Ferreira de. Análise institucional de mudanças organizacionais em um sistema cooperativo de crédito solidário em Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 4, p. 999–1019, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0>. Acesso em: 5 maio 2025.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F. O cooperativismo de crédito no Brasil e a emergência de uma vertente solidária. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 10, n. 2, p. 46–74, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1351>. Acesso em: 11 nov. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/48899027/Como_Elaborar_Projetos_De_Pesquisa_6a_Ed_GIL. Acesso em: 11 jun. 2025.

JACQUES, Elidecir Rodrigues; GONÇALVES, Flávio de Oliveira. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. **Economia e Sociedade**, v. 25, p. 489-509, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: <https://www.ibdp.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Lakatos-e-Marconi-Metodo-Cientifico.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

MARRA, Adriana Ventola. **Associativismo e cooperativismo**. Belo Horizonte: SEBRAE-MG, 2009. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/717508494/Livro-Completo-associativismo-e-Cooperativismo>. Acesso em: 27 out. 2025.

MATOS, Alan Guran de; GREATTI, Lígia; ZAMPIERI, João Victor Murari. A atuação das cooperativas de crédito em prol da inclusão financeira: estudo de caso comparado. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 9, n. 17, p. e12, jul. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/63608>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MOREIRA, Isabela Renó; ALVES JÚNIOR, Almiro; FREITAS, Alair; SILVA, Henrique da; FREITAS, A. F. Transições no cooperativismo de crédito solidário em Minas Gerais: um estudo de caso em perspectiva institucional. **Espacio Abierto**, v. 29, n. 4, p. 330–352, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12265803022>. Acesso em: 4 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2024**. Brasília: OCB, 2024. Disponível em: <https://www.ocb.org.br>. Acesso em: 28 maio 2025.

PANORAMA DO SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO, 2019. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/coopcredpanorama/panorama_cooperativas_sncc_2019.pdf. Acesso em: 28 maio 2025.

PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6 ed., Brasília: BCB, 2008. ISBN 85-99863-03-7.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **História do Cooperativismo de Crédito no Brasil**. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo-2/historia-do-cooperativismo/historia-no-brasil/>. Acesso em: 08 nov. 2025.

REIS, B. dos S.; NEVES, M. de C. Análise da eficiência sócio financeira de cooperativas de crédito no Brasil. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 203–221, 2020. DOI: 10.5902/2359043241504. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/41504>. Acesso em: 7 nov. 2025.

RIBEIRO, Pollyana Achucarro; MENEZES, Vinicius dos Santos. **Transformação econômica e inclusão financeira: o papel das cooperativas de crédito no Brasil**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2024.

ROCHA, D. C.; SANTOS, J. P. R. O cooperativismo de crédito e a reconfiguração das dinâmicas socioeconômicas no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Cooperativos (REBEC)**, v. 18, n. 2, p. 45–67, 2023. Disponível em: <https://revista.rebec.sc.br>. Acesso em: 28 out. 2025.

SANTOS, L. A.; COSTA, S. T. da S. A importância do cooperativismo de crédito para o desenvolvimento econômico da região. **Revista GETec**, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/2359/1454>. Acesso em: 28 out. 2025.

SCHNEIDER, José Odelso. **O Cooperativismo como gerador de renda e o seu impacto social**. Jornal Cooperativista do Sicoob Amazônia. ed. 71. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2010/11/o-cooperativismo-como-gerador-de-renda-e-o-seu-impacto-social/>. Acesso em: 28 out. 2025.

SILVA, Eloiza Andréa Moraes; BÚRIGO, Fábio Luiz; CAZELLA, Ademir Antonio. Cooperativismo financeiro e desenvolvimento sustentável: a aplicação do sétimo princípio cooperativista - interesse pela comunidade - Cresol Vale Europeu. **Pegada**, v. 22, n. 2, 2021.

SILVA, Vosnei da. **Cooperativo de crédito solidário? A atuação da Cresol no contexto da chamada agricultura familiar**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2015. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/1135>. Acesso em: 10 nov. 2025

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016. Disponível em: <https://archive.org/details/EstudoDeCaso-PlanejamentoEMtodos>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ZENI, M. A.; FUMAGALLI, L. A. W. A participação das cooperativas de crédito no desenvolvimento de pequenas cidades. **Revista FAE**, 2018.